

PORTUGAL E MARROCOS

UMA PERSPECTIVA GEOPOLÍTICA

João Rosa Lã

Falar do relacionamento entre Portugal e Marrocos é falar, em primeiro lugar, de constantes geográficas e históricas, enfim, é falar de geopolítica. E, neste aspecto, quase nada haverá a acrescentar à fórmula de Bismark: «Nós os políticos podemos mudar tudo, menos a geografia». Portugal e Marrocos partilham, desde logo, um espaço geográfico em grande parte coincidente: ambos estão debruçados para o Atlântico, à entrada do Mediterrâneo.

Essa proximidade permitiu influências e permutas várias ao longo da história. A cultura portuguesa possui um amplo legado patrimonial árabe, com marcas que vão desde a arquitectura às artes decorativas, dos vocábulos que entraram no nosso léxico aos hábitos tradicionais do quotidiano. Marrocos, por seu turno, tem também na sua história, no seu território e no seu património inegáveis marcas da presença portuguesa que, a partir do século XV, ali se fixou temporariamente.

Desde 1774, data da assinatura do tratado de paz que sucedeu à saída portuguesa do seu último bastião em Marrocos, a Fortaleza de Mazagão, que as relações político-diplomáticas entre os dois países se caracterizam por um perfeito equilíbrio e estabilidade, sem um único conflito que gere incompreensões e mal-entendidos. Nenhum outro vizinho de Marrocos pode invocar uma relação idêntica, incluindo a França. As características da nossa presença histórica, não configurando uma situação colonial típica, afastam do nosso país essa conotação altamente negativa e conferem-nos uma imagem «simpática» (até perdemos a última grande batalha) de adversário histórico, mas não de opressor.

Num tempo dos chamados «choques culturais», em que se equaciona a coexistência pacífica entre diversas concepções de vida, do mundo e dos valores, o exemplo que podemos dar de uma convivência sem contenciosos (fortalecida por valores históricos e culturais que partilhamos, bem como pela nossa maneira de estar no mundo) assume uma enorme relevância, como prova de um relacionamento possível entre os povos e os países, quaisquer que sejam as suas matrizes civilizacionais.

Numa perspectiva política, as relações entre os nossos dois países assumem grande interesse pelas questões incontornáveis que se levantam hoje, quer quanto à estabilidade

política da área, quer quanto à segurança regional que se torna indispensável, quer ainda para assegurar uma mais completa integração entre o Magrebe e a União Europeia (UE) imposta pela vizinhança próxima das duas regiões, que cria laços de interdependência que não podem deixar de ser devidamente acautelados.

Finalmente, também sob ponto de visto económico será do maior interesse chamar a atenção dos agentes económicos nacionais para as enormes potencialidades que se lhes abrem em Marrocos. Este país está actualmente envolvido num importante processo de desenvolvimento económico, com vultuosos investimentos em infra-estruturas e na modernização da sua economia, que suscitam o interesse de muitas empresas internacionais. A nossa proximidade geográfica, o nosso estágio de desenvolvimento e a necessária internacionalização das nossas empresas, em especial das PME, justificam que se passe a olhar o mercado marroquino como um mercado apetecível e natural dos nossos agentes económicos.

Por todas estas razões, creio que se justifica dedicar uma atenção particular ao tema das nossas relações com Marrocos, sobretudo tendo em conta as vantagens comparativas que usufruímos, face a um mundo cada vez mais competitivo e à necessidade de olharmos para outras realidades, para lá do espaço de sucesso europeu que integramos. A excelência das nossas parcerias com o Magrebe, à semelhança do nosso relacionamento com outras áreas do globo (Brasil, PALOP), serão mais-valias inquestionáveis e de peso para a nossa relativamente reduzida capacidade de manobra política no seio da UE e face aos nossos parceiros europeus.

PORTUGAL COMO ACTOR NO MEDITERRÂNEO: A ESTRATÉGIA EUROMEDITERRÂNICA

O Norte de África, e em especial Marrocos, assume assim uma relevância especial para Portugal por variadíssimas razões, algumas das quais acabo de referir.

Sendo Portugal e Marrocos países essencialmente atlânticos mas com fortes interesses e dependências mediterrânicas (sobretudo Marrocos), não podemos ignorar esta nossa outra dimensão, em especial, na sua perspectiva marítima.

Não posso deixar de citar uma observação de Ian O. Lesser, a propósito desta temática, segundo a qual

«para Portugal, com a sua forte orientação atlântica e europeia, a centralidade do Norte de África e Médio Oriente no debate transatlântico, assume um significado especial. Nenhuma estratégia euromediterrânica pode ser desenvolvida sem ter em conta ou ser isolada das relações interatlânticas»¹.

Portugal tem de se comportar, assim, como verdadeiro actor na cena mediterrânica, procurando preservar a defesa dos seus interesses em algumas áreas vitais, que estão dependentes do que se passar nessa região. Em relação às questões securitárias, estas põem-se fundamentalmente pela pressão exercida pelos fluxos migratórios, em grande

parte clandestinos, com todas as complexas tensões sociais e políticas que originam; pelo extremismo islâmico, que se tem vindo a desenvolver com alguma intensidade no Norte de África, em especial Argélia e Marrocos, com as suas implicações terroristas, cujos grupos se procuram instalar estrategicamente no arco saheliano-sariano, assim como pelo tráfico de drogas e outras formas de crime internacional organizado, que fazem da região uma área privilegiada de assalto e destabilização do território europeu. Quanto às questões de energia existe uma forte dependência das fontes energéticas do Norte de África, as quais são fundamentais para uma política de diversificação dos nossos abastecimentos. O MIBEL – Mercado Ibérico de Electricidade (e futuramente o europeu) – só tem a ganhar com a inclusão dos mercados do Sul do Mediterrâneo Ocidental, pelas sinergias e complementaridades que resultam dos mesmos. Também o papel de Marrocos, como território de passagem do gasoduto Argélia-Península Ibérica, não deixa de ser fundamental, revestindo-se da maior importância a salvaguarda estratégica do abastecimento de gás ao nosso país. No que toca às questões da Human Security (ambiente, saúde, etc.) verifica-se uma partilha dos riscos ambientais, de ameaças no campo da saúde (epidemias, contaminações, etc.) e das grandes catástrofes naturais, como incêndios, sismos, etc., que exigem respostas coordenadas a nível regional e de dimensão internacional.

No que respeita às questões de instabilidade política e social, verificamos que para a Europa em geral, mas sobretudo para os países ribeirinhos do Mediterrâneo, é essencial preservar a paz social e a estabilidade política na sua margem sul, pois a agitação ou as perturbações da ordem nesses países não deixarão, naturalmente, de reflectir-se na própria segurança interna dos vizinhos europeus.

Só através de um esforço acrescido no desenvolvimento económico e social e no aprofundamento democrático, será possível garantir que os países da margem sul do Mediterrâneo Ocidental não venham a

ser confrontados com explosões sociais de difícil contenção e facilmente aproveitáveis pelas correntes islâmicas mais radicais. Este objectivo dependerá, em grande parte, de um forte compromisso da Europa numa parceria com estes países, com vista à criação de um quadro favorável político, económico e social que se traduza numa melhoria das condições de vida das populações.

A título de exemplo, diga-se que só para levar Marrocos a beneficiar de condições equivalentes às proporcionadas a Portugal e Espanha, quando da sua adesão à então CEE, a UE deveria multiplicar por 52 o esforço que actualmente faz em relação àquele país que, aliás, já é o principal beneficiário dos fundos MEDA e da ajuda comunitária em geral a esta região.

SÓ ATRAVÉS DE UM ESFORÇO ACRESCIDO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL E NO APROFUNDAMENTO DEMOCRÁTICO, SERÁ POSSÍVEL GARANTIR QUE OS PAÍSES DA MARGEM SUL DO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL NÃO VENHAM A SER CONFRONTADOS COM EXPLOSÕES SOCIAIS DE DIFÍCIL CONTENÇÃO.

Por fim, quanto às questões de segurança e defesa, também não deixa de ser fundamental a salvaguarda das condições de paz no Magrebe, tendo especialmente em conta as tensões existentes no quadro Sul-Sul (Marrocos e Argélia, por exemplo), bem como o perigo de uma escalada armamentista na região. Também a porosidade das fronteiras, a rápida regionalização dos conflitos intra-estatais e as redes transnacionais do crime, com contornos difusos e complexos, interessadas na fragilização dos poderes centrais, são novas ameaças que devem merecer a necessária atenção e cuidado.

Se historicamente a resposta aos desafios que se nos colocavam quanto a Marrocos passavam por um quadro bilateral baseado sobretudo numa relação de forças, hoje, a nossa capacidade de manobra alterou-se substancialmente, com a integração de Portugal em espaços colectivos de decisão tais como a NATO e a UE. Assim, o paradigma deste novo relacionamento (para além dos aspectos próprios, sobretudo de natureza geográfica e histórico-culturais, já anteriormente referidos) evoluiu substancialmente, constituindo um quadro bastante mais amplo de intervenção e com outra capacidade de influência.

Caber-nos-á, por isso, tal como aos outros parceiros mais sensibilizados e preocupados com a estabilidade do flanco sul do continente, orientar e promover o reforço das relações entre a Europa e os países da parte sul da bacia mediterrânica, com vista não a substituímo-nos aos próprios, que são os principais interessados, mas a contribuir eficaz e decisivamente para a criação das condições no sentido de um cada vez mais sustentado processo de desenvolvimento económico e estabilização do quadro político. No âmbito da UE, dispomos do Processo de Barcelona, agora, ao que tudo indica, revigorado pela União para o Mediterrâneo (e também com a criação do espaço informal e específico dos 5 + 5), e da nova Política Europeia de Vizinhança, que visa contribuir para apoiar os que mais se esforçam e desejam uma relação mais adulta e consistente com a Europa (com a aplicação do «Estatuto Avançado», que é alvo das maiores expectativas por parte dos seus primeiros beneficiários); no quadro da NATO, esta organização vem procurando ancorar o seu processo de relacionamento com o flanco sul do Mediterrâneo através do Diálogo Mediterrânico, visando criar fortes conexões de consulta e cooperação política, em matéria de defesa e segurança, com o objectivo de contribuir para a estabilidade à volta do *Mare Nostrum*.

Também a existência de outros *fora*, tal como o Fórum do Mediterrâneo, fazem parte de uma complexa teia de espaços de diálogo e de encontro que, apesar de tudo, ajudam a estabelecer um certo clima de confiança Norte-Sul e, muitas vezes, mesmo no interior das relações Sul-Sul.

Neste quadro, fez o maior sentido e representou um importantíssimo impulso nesta perspectiva estratégica, a decisão da presidência portuguesa da UE em 2007 em atribuir a máxima prioridade às relações com o Mediterrâneo em geral, e ao Magrebe em especial, relançando o reforço e desenvolvimento das relações da Europa com os próximos vizinhos do Sul. Também a recuperação do diálogo com a UMA (União para o Magrebe

Árabe), retomando uma iniciativa essencial para a região, no sentido da sua maior integração (suspensa pela questão do Sara Ocidental) e a adesão da Líbia e da Mauritânia ao Processo de Barcelona foram passos importantes, que demonstram como a diplomacia portuguesa está atenta, e tem especial sensibilidade, para o que se passa nesta complexa e delicada área.

MARROCOS FACE AOS DESAFIOS DE MODERNIDADE E GLOBALIZAÇÃO

A compreensão da sociedade marroquina de hoje, caracterizada pela tensão permanente entre o conservadorismo a que se agarra e a modernização que a motiva, mas, também, pelas suas potencialidades e pelos seus bloqueamentos, exige uma correcta compreensão da evolução histórica que atravessou desde, principalmente, a sua independência em 1956.

De uma maneira geral, pode dizer-se que Marrocos está a viver, de forma muito mais rápida do que o que se passou na Europa, o processo das suas mudanças estruturais, o qual, aliás, ainda está longe de terminar. Assim, procurando resumir a evolução que se processou neste país, desde a sua independência, poder-se-ão referir os principais aspectos.

De uma sociedade tipicamente tribal na primeira metade do século XX está a passar-se para uma sociedade mais estruturada e marcada pela importância crescente atribuída ao indivíduo. Uma economia arcaica essencialmente agrícola e de subsistência está a dar lugar a uma economia tipicamente capitalista, com os sectores secundários e terciários a terem um cada vez maior peso no PIB e a sofrer o impacto de uma profunda modernização das suas infra-estruturas físicas. Era um país formado por vários territórios e regiões, cujas inter-relações eram fracas ou inexistentes, reunidos à volta de um monarca representante do poder religioso, evoluiu para um país mais integrado e coeso, com uma mais forte identidade nacional e um ordenamento territorial mais coerente. A um Estado com características feudais sucedeu um Estado moderno, estruturado e dispondo de um aparelho que cobre administrativamente o conjunto do território. A partir de uma sociedade patriarcal e baseada em chefes tradicionais, está a criar-se uma sociedade mais democrática e defensora dos direitos humanos e sociais, com o aparecimento de uma sociedade civil interveniente, embora ainda pouco consistente e frágil.

É, assim, natural que submetida a fortes rupturas societais, a sociedade marroquina apresente profundas contradições, problemas complexos e grandes tensões sociais, questões a que, até agora, tem sido possível responder pela existência de um poder político central forte e determinado. Mas, também aqui, reside uma das principais contradições acima mencionadas. Marrocos necessita de um Governo forte e esclarecido, para levar a

A UM ESTADO COM CARACTERÍSTICAS FEUDAIS
SUCEDEU UM ESTADO MODERNO, ESTRUTURADO
E DISPONDO DE UM APARELHO
QUE COBRE ADMINISTRATIVAMENTE
O CONJUNTO DO TERRITÓRIO.

cabo todo o processo de modernização e democratização da sua sociedade, mas esta só realmente se pode implantar, em termos sustentáveis e decisivos, se esse poder for enquadrado por um sistema de conceitos, princípios e valores civilizacionais que ainda não estão aceites, nem muito menos assimilados, pela totalidade da sociedade marroquina. E aqui cabe a pergunta fundamental: é a existência de um poder central forte que determina a fragilidade das estruturas políticas e da sociedade civil em geral, ou é porque estas não estão em condições de dar respostas úteis e em tempo à dinâmica instalada, que o poder central intervém e se reforça, pois, como se sabe, a política tem horror ao vazio? Politicamente poder-se-á dizer, creio, que não obstante toda a notável evolução que o país tem experimentado, quer em termos de democratização do sistema, quer na defesa das liberdades individuais, ainda não se chegou ao compromisso final entre um poder político eficaz e consistente e o respeito generalizado pelos valores democráticos. Contudo, acredito que o sistema político encerra em si um potencial que lhe permitirá, mantendo-se a actual vontade política e um forte apoio internacional, evoluir para um sistema democrático consolidado e estabilizado.

Outro dos importantes reptos que se levantam ao país, é o da forma como o sistema conseguirá responder ao problema da intervenção política dos islamitas no sistema democrático em geral e, em particular, às tentativas do islão mais radical em apropriar-se do poder, através de uma campanha permanente de insinuação popular, aproveitando e explorando as fragilidades e as deficiências que a sociedade marroquina ainda apresenta.

Até agora, o poder cherifiano (descendente do Profeta) tem garantido uma legitimidade particular ao poder temporal, aliada ao facto de a dinastia reinante se conservar à frente do destino do país desde o século XVII, sem interrupção. Ao contrário das «Repúblicas Árabes», onde o poder político administra o religioso do «exterior», o «Comandante dos Crentes» gere, ou procura gerir, o campo religioso do interior do sistema.

Esta gestão tem contudo vindo a evoluir, procurando sempre a monarquia evitar que o islamismo, enquanto actor na arena política, ponha em causa a sua legitimidade religiosa (e portanto a política). Na prática, o poder central desenvolveu uma acção paralela no sentido de separar as correntes político-nacionalistas dos oulemas, em ambos os casos na lógica de «dividir para reinar». Da mesma forma que agiu com os partidos políticos, a monarquia procedeu à separação dos diversos agentes religiosos, procurando garantir para si o papel central no campo religioso, apropriando-se, por exemplo, da história colectiva, fazendo corresponder os rituais reais aos religiosos, confundindo-os. Com esta acção, o principal objectivo dos oulemas, devidamente controlados, passou a concentrar-se na tarefa de enquadrar os crentes no espaço religioso da monarquia. A entrada dos islamitas (fora do espaço do sistema) na cena político-partidária deu-se, com a abertura política gizada por Hassan II, após o fim da Guerra Fria, e que conduziu à constituição de um Governo de alternância em 1997, com a abertura do poder à oposição.

O sucesso do PJD nas eleições de 2003 (em que concorreu só a 19 por cento das circunscrições), levou a que no escrutínio de 2007 os islamitas moderados alimentassem a esperança de o ganhar, transformando-se no partido do poder. Embora tivesse, em votos expressos, ficado em primeiro lugar, o número de deputados alcançado ficou muito aquém do esperado (falavam em 70-80 eleitos e não passaram de 46), permanecendo, por isso, na oposição.

De qualquer forma, a participação do PJD num futuro governo, o que dependerá do que se vier a passar nos próximos tempos, trará naturalmente novos desafios à monarquia não só no plano político, pela necessidade de garantir o controlo da sua ala mais conservadora e ortodoxa e da manutenção do jogo democrático, mas, igualmente, no plano religioso. Com efeito, os islamitas, ao terem acesso aos centros de decisão, não deixarão de tentar impor a sua visão da conformidade das leis e da alteração da governação em relação à *charia*, podendo enfraquecer, assim, a base de legitimidade da monarquia.

No campo dos islamitas integristas (não violentos) banidos da legalidade, os adeptos do movimento Al Adl Wal Ihsane continuam as campanhas de divulgação das suas ideias antimonárquicas e anunciando a futura instauração do verdadeiro califado. Ainda que não haja provas das suas ligações aos grupos mais radicais, não é de descartar a existência de alguma simpatia por estes, podendo o movimento Al Adl vir a constituir uma plataforma «político-religiosa» dos mesmos.

No campo do radicalismo islamita não poderemos deixar de referir os grupos ligados ao terrorismo, de que Marrocos não tem estado à margem. Com efeito, o país não só conheceu já vários atentados no seu território, o mais mediático dos quais a 16 de Maio de 2003, em Casablanca, como vários têm sido os marroquinos envolvidos em atentados noutros países.

Na prática, persiste em Marrocos uma verdadeira nebulosa de movimentos islâmicos, por norma integrados naquilo que tem sido apelidado de *salafiyya jihadiyya*, que têm vindo a ser perseguidos e desmantelados pelas forças de segurança, e cuja face mais visível é o Grupo Islâmico Combatente Marroquino (GICM), criado no final dos anos de 1990 e com ligações à Al-Qaida.

Como já foi referido anteriormente, será no campo do desenvolvimento económico e social que se jogará principalmente o enorme desafio que se coloca a Marrocos, na sua evolução para uma sociedade moderna, de progresso e mais justa.

SERÁ NO CAMPO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL QUE SE JOGARÁ O ENORME DESAFIO QUE SE COLOCA A MARROCOS, NA SUA EVOLUÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MODERNA, DE PROGRESSO E MAIS JUSTA.

Desde logo, a primeira grande e definitiva opção parece ter sido já tomada, com a escolha de um modelo de desenvolvimento que passa por uma aproximação, diria mesmo integração tanto quanto possível, ao espaço europeu, através da liberalização da economia, da abertura dos mercados e da adopção do sistema ocidental de conceitos e de políticas económico-financeiras, numa estreita ligação à UE através da outorga

de um «Estatuto Avançado», e pela concretização progressiva do plano de acção previsto no respectivo Acordo de Associação e posteriormente desenvolvido no contexto da Política Europeia de Vizinhança.

O tremendo esforço de dotar o país de infra-estruturas essenciais, tais como vias de comunicação, transportes, barragens, saneamento básico, água, energia, etc., transformou o país num grande estaleiro, proporcionando as bases da modernização física do sistema, estando a alterar decisivamente as condições de vida locais. A aposta em sectores como o turismo, as novas tecnologias, o *off shoring*, as energias alternativas, as indústrias de acessórios de automóveis e de aeronáutica, etc., visa viabilizar um crescimento económico sustentado, em grande parte a partir de investimentos estrangeiros, que estão a afluir ao país atraídos pela abertura económica e pela estabilidade política e social vivida no país.

No entanto, grandes e sérios desafios se deparam a Marrocos, que tem de ultrapassar e vencer situações desfavoráveis decorrentes da sua actual situação socioeconómica. Dentro destes, creio, merecerão referência os aspectos relacionados com a demografia, boa governança, economia e finanças, desertificação e exclusão social e territorial.

Em relação ao aspecto demográfico podemos referir que desde a independência a população marroquina cresceu de 15 milhões para cerca de 33 milhões, em quarenta anos, ou seja, mais que duplicou. Também a população jovem até aos 25 anos representa, actualmente, cerca de 50 por cento do total. A variável demográfica afecta, assim, de forma profunda, o comportamento de diversos sectores, como o emprego, o ensino, a saúde, a habitação, a alimentação, etc. É no primeiro, no entanto, que a pressão se faz sentir de forma mais premente, registando-se actualmente uma alta taxa de desemprego. Nem a emigração tem conseguido atenuar a questão do desemprego, embora contribua, fortemente, para as receitas financeiras de Marrocos, com transferências da ordem dos cinco mil milhões de euros (em 2007).

É correntemente aceite que um dos grandes défices, transversal a toda a sociedade marroquina, é a prática da boa governança. As relações entre a administração pública, todo-poderosa, e os cidadãos, o enorme desfasamento do sistema de ensino que cria

É CORRENTEMENTE ACEITE QUE UM DOS GRANDES DÉFICES, TRANSVERSAL A TODA A SOCIEDADE MARROQUINA, É A PRÁTICA DA BOA GOVERNANÇA.

anualmente um fluxo de desempregados diplomados desadaptados ao mercado de trabalho, o deficiente funcionamento da máquina judiciária, que descredibiliza o sistema e facilita a corrupção, são algumas das origens das más práticas de gover-

nança e dos entraves à boa marcha da economia. Também ao nível local a administração se caracteriza por disfuncionamentos, resultantes de uma «cultura de chefia e comando» por vezes pouco democrática.

Em relação aos aspectos económicos e financeiros a fraqueza estrutural da economia marroquina, devida, em boa parte, à sua dependência do sector agrícola (cerca de 50

por cento do PIB) refém dos caprichos climáticos, mas, também, a alguma falta de dinamismo dos sectores privados não agrícolas, dominados em parte por situações de excessiva concentração capitalista, tornam o desafio do desenvolvimento económico demasiado dependente do Estado. Também o reduzido investimento na inovação e na modernização dos processos, torna as empresas do país pouco competitivas à escala internacional.

Sob o ponto de vista das finanças públicas, realizaram-se alguns progressos, apresentando-se o sistema relativamente sólido e constituindo o dirham uma moeda forte. A taxa de inflação tem estado controlada (cerca de 2,5 por cento) e há uma crescente melhoria dos equilíbrios macroeconómicos. O défice da balança comercial tem tendência a aumentar a ritmo elevado, sobretudo devido à pressão provocada pelo processo de crescimento económico e ao acesso dos consumidores a produtos importados. O turismo e as remessas dos emigrantes tornam a balança de pagamentos solidamente superavitária, contribuindo para que a dívida pública tenha sido reduzida nos últimos anos. A cobrança de impostos tem, por seu turno, experimentado um aumento crescente e sustentado.

No entanto, toda esta situação se está a deparar com sérios problemas, no que respeita aos fortes défices provocados pelos aumentos dos preços internacionais dos combustíveis e de alguns produtos alimentares, como os cereais. Apesar da actual contenção dos preços, a população menos abastada já reclama, com alguma força e mobilização civil nas ruas, a melhoria das condições de vida, agravadas, nos últimos anos, pelo não acompanhamento salarial dos níveis da subida do custo de vida.

Outro dos problemas com que o país se depara e com tendência a agravar-se é o da desertificação progressiva do seu território e a redução significativa dos recursos de água disponíveis. O aumento considerável previsto para o consumo de água por habitante fará, dentro de quinze anos, o país entrar em «stress hídrico». Já actualmente há regiões nesta situação, com níveis preocupantes dos lençóis freáticos devido à sua exploração intensiva, agravada pelas enormes necessidades de um desenvolvimento turístico baseado na criação de campos de golfe (só em Marraquexe estão previstos mais de 30 campos).

Por fim, a exclusão social e territorial está relacionada com algum mal-estar social que ultimamente se tem verificado, para lá da origem próxima da carestia dos preços de bens essenciais e restrições nos aumentos salariais, radica, em última análise, na deficiente distribuição dos benefícios resultantes do actual processo de desenvolvimento económico, que atingem só alguns extractos da população. Com efeito, pode dizer-se que existe uma importante faixa da população que não tem acesso ou só muito marginalmente às vantagens que derivam das reformas económicas, originando uma grave fractura na sociedade marroquina.

Também existe uma verdadeira exclusão territorial, na medida em que o desenvolvimento económico apresenta grandes distorções espaciais, com uma faixa atlântica relativamente

pequena a absorver praticamente todo o investimento, com algumas bolsas no interior (Marraquexe e Fez/Mequinez), deixando de fora a maioria do território. Consciente deste problema, o rei Mohammed VI lançou um importante projecto – a «Iniciativa Nacional para o Desenvolvimento Humano» –, que visa exactamente mudar o paradigma da acção social do país, centrando-se no desenvolvimento das capacidades humanas, «pondo o homem no centro do desenvolvimento». Também novos códigos do trabalho, e da família (*Moudawana*), bem como da reforma administrativa, são iniciativas fortemente estruturantes, que o rei Mohammed VI tem vindo a promover para a modernização da sociedade marroquina.

Se Marrocos, como já foi referido, fez uma clara opção estratégica pela aproximação à UE, beneficiando das políticas euromediterrânicas por ela promovidas, não deixa, no entanto, de integrar outros espaços regionais que determinam e condicionam o contexto internacional em que se move, como o Magrebe, o conjunto dos países árabes e, mais

DOS VÁRIOS DESAFIOS QUE SE PÕEM A MARROCOS SOB O PONTO DE VISTA INTERNACIONAL, O MAIS IMPORTANTE É O SARA OCIDENTAL A PROPÓSITO DO QUAL MANTÉM UMA DIVERGÊNCIA DE FUNDO COM A ARGÉLIA.

geralmente, o continente africano. Dos vários desafios que se põem a Marrocos sob o ponto de vista internacional, o mais importante e que tem constituído, nos últimos trinta e três anos, a questão mais sensível e condicionante da sua política externa é o Sara Ocidental, a propósito do qual

mantém uma divergência de fundo com a Argélia, em particular, e com alguns outros países do continente africano em geral (Marrocos não faz parte da União Africana devido à presença da RASD).

Se bem que nos últimos meses a questão do Sara Ocidental tenha evoluído aparentemente a favor das posições marroquinas, que apresentaram na ONU um plano de autonomia que pretende dar resposta às exigências internacionais de autodeterminação do território, o que é facto é que o conflito tem impedido não só um bom relacionamento com o seu vizinho principal, a Argélia, como tem obrigado o país a um grande esforço militar (ainda que de momento estacionário dada a suspensão das hostilidades), com as inevitáveis consequências sociais e financeiras. Esta situação tem impedido o processo de integração magrebina, fundamental na estabilização política e no desenvolvimento económico da região (o custo do «não Magrebe» representa, por si só, uma diminuição de 1,5 por cento do PIB marroquino), mas, também, porque obstaculiza a criação de um espaço regional mais homogéneo e atractivo para o investimento estrangeiro e reduz fortemente a capacidade negocial de cada um dos países da zona, face ao mundo multipolar, em geral, e ao parceiro europeu em particular.

Na perspectiva marroquina, a questão do Sara Ocidental assume uma importância vital, pois, para além de outras razões, a existência de um país independente e hostil no seu flanco sul cortar-lhe-ia, pela primeira vez na História, o acesso directo aos países da África Ocidental e vedar-lhe-ia a única fronteira terrestre não controlada por Argel. Este

diferendo constituirá, pois, um verdadeiro nó górdio para a situação de paz, estabilidade e cooperação no flanco sul ocidental da Europa, que apesar de ter estado a ser mantido num baixo grau de intensidade, nada impede que se venha a tornar um violento factor de perturbação regional.

Outro importante eixo da política externa marroquina desenvolveu-se na direcção dos países do Golfo, os quais têm constituído uma das principais fontes do IDE em Marrocos. Em contrapartida, a intervenção da sua diplomacia em relação ao conflito do Médio Oriente tem sido muito discreta quer pela aparente falta de vontade em se imiscuir em problemáticas em que se sente, na prática, algo afastado, quer devido às boas relações informais que, apesar de todos os problemas, mantém com Israel e ainda pela sua estreita ligação aos Estados Unidos. Mohammed VI salvaguarda, mais por tática do que por estratégia, a herança de seu pai como presidente da Comissão Al Qods, apesar da sua quase inoperância e desinteresse e contrariando, mesmo, as tentativas da Arábia Saudita em assumir essas funções.

Noutro plano, Marrocos desenvolve uma eficaz diplomacia económica, procurando aproveitar as mais-valias da sua posição geoestratégica, em termos de comércio internacional. Os acordos de comércio livre que celebrou com os Estados Unidos e a Turquia, assim como o Acordo de Agadir (com a Tunísia, a Jordânia e o Egipto), para além do de associação com a UE que prevê em 2010 uma zona de comércio livre, abre grandes possibilidades ao desenvolvimento das suas trocas pois passará a ser uma verdadeira plataforma comercial de e para a Europa e Estados Unidos.

ENQUADRAMENTO POLÍTICO DAS RELAÇÕES BILATERAIS LUSO-MARROQUINAS E IMPORTÂNCIA CRESCENTE DAS LIGAÇÕES ECONÓMICAS

Do ponto de vista político-diplomático, as relações governo a governo são enquadradas pelo Tratado de Boa Vizinhança, de Amizade e de Cooperação, assinado a 30 de Maio de 1994, pelo professor Aníbal Cavaco Silva, então primeiro-ministro de Portugal.

Do ponto de vista institucional, o tratado estabeleceu um quadro coerente de consultas permanentes bilaterais, incluindo: uma reunião anual a nível de chefes de Governo; uma reunião anual de ministros dos Negócios Estrangeiros; e consultas regulares entre outros membros do Governo.

Dando cumprimento a este tratado, foram já realizadas 10 cimeiras anuais a nível de chefes de Governo, que invariavelmente reuniram um número significativo de outros membros do Governo. A X Cimeira realizou-se em Lisboa, em 2008, e a próxima está agendada para o próximo ano, devendo ter lugar em Marrocos. Simultaneamente aos encontros ministeriais, realizaram-se reuniões entre empresários e responsáveis políticos pelos diversos sectores onde foram analisados e aprofundados alguns dos temas mais importantes das relações económicas entre os dois países, como, por exemplo, turismo e energias alternativas. Paralelamente foram abertas novas e esperançosas oportunidades de negócio em diferentes domínios.

As várias cimeiras, para além de constituírem ocasiões para aprofundar o diálogo político, têm permitido fazer balanços periódicos da cooperação bilateral nos vários domínios sectoriais, tendo contribuído igualmente para a criação de um cada vez mais denso quadro jurídico na relação entre os dois países.

Com efeito, são mais de quatro dezenas os acordos e protocolos assinados entre os dois governos, em quase todos os domínios sectoriais, nomeadamente os da economia, das finanças, do comércio, da defesa, da segurança social, da cultura, da justiça, dos assuntos internos, do equipamento, das obras públicas, dos transportes, da agricultura e pescas, da educação e investigação científica, do turismo e da energia e minas.

A maior parte destes acordos institucionalizaram, por seu turno, mecanismos próprios de concertação sectorial, que se reúnem periodicamente e onde é possível abordar assuntos de interesse mútuo.

Outro sector onde, igualmente, se têm vindo a realizar esforços importantes e que são complementares à dinâmica política instituída entre os dois países, é o da defesa. Depois de, durante vários anos, se terem definido programas anuais de cooperação bilateral, por exemplo, exercícios comuns, participação de observadores de um país em actividades das Forças Armadas do outro, colaboração em matéria de formação humana nos sectores em que cada um dos países possui maior experiência e melhores condições, está em curso a análise da elaboração de um quadro de cooperação estratégica a longo prazo com vista a melhorar as sinergias na área da defesa, designadamente naquelas tarefas em que as nossas Forças Armadas são chamadas a colaborar em conjunto para fazer face a desafios regionais comuns.

Podemos, assim, concluir que o nosso excelente relacionamento político-diplomático bilateral constitui uma importante mais-valia e que proporciona um ambiente favorável

O NOSSO EXCELENTE RELACIONAMENTO
POLÍTICO-DIPLOMÁTICO BILATERAL CONSTITUI
UMA IMPORTANTE MAIS-VALIA E QUE
PROPORCIONA UM AMBIENTE FAVORÁVEL PARA
O REFORÇO DOS LAÇOS ECONÓMICOS ENTRE
OS SECTORES PRIVADOS DOS DOIS PAÍSES.

para o reforço dos laços económicos entre os sectores privados dos dois países. Ao nível das relações comerciais, com exportações de cerca de 200 milhões de euros em 2007, Portugal é o 24.º fornecedor de Marrocos, sendo os primeiros, por ordem, a França, a Espanha, a Arábia Saudita, a Rússia e a Itália.

No mesmo ano, Portugal comprou produtos em Marrocos por um valor de cerca de 85 milhões de euros, sendo os primeiros clientes a França, a Espanha, o Reino Unido e a Itália. Verifica-se assim que as relações comerciais entre os dois países, sendo favoráveis amplamente a Portugal, ainda não atingiram a dimensão que seria normal, tendo em consideração a vizinhança geográfica, mas também as virtualidades resultantes da complementaridade das duas economias. No entanto, devemos assinalar diversos aspectos desta relação comercial que tem registado um crescimento que nos últimos cinco

anos podemos situar numa média de nove por cento. Por um lado, Marrocos representa para Portugal o seu principal parceiro entre todos os países do Norte de África e do Próximo Oriente, representando cerca de 54 por cento da totalidade das nossas exportações, e, por outro lado, Marrocos não tem um mercado «étnico», pelo que não exportamos produtos que, noutros mercados, assumem uma quota considerável como as conservas, o vinho ou o azeite. As exportações do sector automóvel também não têm uma expressão considerável.

As nossas trocas comerciais envolvem uma enorme variedade de produtos. Porém, podemos dizer que exportamos com maior valor acrescentado e que importamos, sobretudo, produtos primários, da pesca e da agro-indústria. Esta diversificação é ilustrada pela percentagem que o primeiro produto exportado representa no total das exportações: uns meros seis por cento.

Finalmente, o factor essencial da nossa balança comercial resulta da instalação de empresas portuguesas no mercado marroquino, que importam matérias-primas ou produtos semi-acabados de Portugal e para ali exportam a sua produção. Assumem preponderância os sectores têxtil, o metalúrgico e o dos componentes de automóvel, sobretudo nas cablagens. Verificamos, assim, a existência de uma evidente complementaridade das duas economias, que tenderá a reforçar um processo que desejamos se efectue nos dois sentidos.

Em direcção inversa, nas exportações marroquinas para Portugal, salienta-se o sector das pescas, das confecções e das cablagens.

Trata-se, portanto, de uma balança comercial que deverá continuar a aumentar de uma forma exponencial, em resultado da crescente presença de empresas portuguesas no mercado.

Esta conclusão sobre a balança comercial torna-se evidente com a análise do processo de investimentos portugueses em Marrocos. Existem dois períodos muito significativos do investimento português, nos primeiros anos deste decénio, com os grandes investimentos efectuados pela Portugal Telecom, na Meditel, a Cimpor na Asment de Temara e os Adubos de Portugal na Fertima. Nesse período, Portugal foi o primeiro investidor em Marrocos. A partir de 2003, trata-se sobretudo de empresas de uma dimensão diferente, que tomam a iniciativa de se implantarem no mercado, beneficiando das vantagens comparativas que este lhe oferece, no seu próprio desenvolvimento, no crescimento resultante do consumo interno e das mais-valias consequentes dos acordos de comércio livre entretanto celebrados.

São empresas do sector têxtil, de componentes de automóvel, do sector do calçado, da metalurgia, da indústria químico-farmacêutica, nomeadamente empresas de média dimensão cujo espírito de iniciativa e dinamismo lhes permite usufruir da vantagem desta nossa situação de vizinhança. Hoje são já cerca de 130 as empresas de capital total ou parcialmente português implantadas em Marrocos, dando trabalho a mais de 30 mil marroquinos.

Entretanto, o surto de desenvolvimento de obras, públicas e privadas, leva a Marrocos empresas de construção que também vão ganhando concursos que no ano de 2006 atingiram um montante superior aos 250 milhões de euros.

Podemos dizer que estas empresas têm sido o verdadeiro motor do forte relacionamento económico entre ambos os países.

Hoje registam-se consideráveis índices de crescimento das quotas de mercado no sector do papel, das madeiras, obviamente da cortiça, mas ainda da metalo-mecânica e da indústria farmacêutica.

Ainda no plano dos investimentos há um aspecto importante a salientar: a existência de duas linhas de crédito portuguesas, uma de 10 milhões de euros para exportação de bens e serviços de origem portuguesa, que tem sido pouco utilizada, e uma segunda de 200 milhões de euros, para grandes projectos, que se encontra em parte esgotada, quer na aplicação em projectos do sector ferroviário, quer no das auto-estradas. Na última cimeira houve acordo para que a linha de crédito fosse aumentada para 400 milhões de euros, o que constituirá seguramente um forte impulso para o desenvolvimento das actividades das empresas portuguesas em Marrocos.

Também no turismo se abrem boas perspectivas, esperando-se que, a curto prazo, os investimentos portugueses passem a ser bastante mais importantes do que até agora, aproveitando as enormes potencialidades que se abrem neste sector. O campo das novas tecnologias, com relevo para as fontes alternativas de energia, é outra possibilidade que está a merecer a atenção de alguns dos principais agentes económicos portugueses.

Finalmente, uma palavra sobre as actuais deficientíssimas ligações aéreas e marítimas entre os dois países, que urge melhorar, pois constituem o principal obstáculo a um maior desenvolvimento das relações económicas bilaterais.

Por último, a existência de uma herança cultural, partilhada pelos dois países (como já foi referido), que mantém presente em cada um deles uma forte imagem do outro, constitui um dos factores mais valiosos a ter em conta no desenvolvimento das nossas relações. Este passa, sem qualquer dúvida, entre outras possibilidades, pela inventariação, conservação e promoção dos inúmeros sinais da nossa presença em Marrocos, valorizando-os como importantes mais-valias para um adequado *marketing* da imagem do nosso país e dos seus produtos. Não caberá aqui a análise detalhada do muito que há a fazer nesta matéria, mas tão-somente a indicação de que, numa perspectiva geopolítica das nossas relações e num quadro de uma cooperação estratégica com Marrocos, a sua dimensão cultural reveste-se de uma importante função, assumindo-se como instrumento incontornável do nosso relacionamento bilateral com o vizinho mais próximo do Magrebe.

CONCLUSÃO

Com esta análise espero ter contribuído para tornar mais evidente a importância de que se revestem as relações entre os dois países, quer em termos de estabilidade e segurança,

quer ao nível da cooperação estratégica. Os desafios que se abrem a Portugal e Marrocos obrigam-nos a darmos as mãos e a seguir juntos a caminhada para um futuro mais justo e mais seguro para as nossas populações, salvaguardando uma herança comum e promovendo as melhores condições para que as próximas gerações possam viver nesta parte do mundo em paz e em progresso.

Para isso todos temos de acreditar que o sonho do mundo desejável corresponderá, se quisermos, ao mundo possível. **RJ**

■ ■ NOTAS

¹ LESSER, Ian O. - *Portugal and the South Mediterranean - Transatlantic Interest and Strategic*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2006.